

TERMO DE REFERÊNCIA

ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO PARA O COMPLEXO ESPORTIVO ESTUDANTIL "VILA OLÍMPICA"

BLOCO I: INFORMAÇÕES GERAIS DO OBJETO

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para a elaboração de projeto executivo completo para a construção do **Complexo Esportivo Estudantil "Vila Olímpica"**, um espaço integrativo de Educação e Esporte, a ser implementado anexo à Escola Dr. Pedro Alves Batista, localizada na Rodovia PE 615, Km 02, Tv. Vila Santa Maria - Araripina/PE.

O projeto deverá contemplar:

- Piscina semi olímpica (com casa de bombas/filtro);
- Pista de atletismo;
- Salto em distância e Salto triplo;
- Salto com vara;
- Salto em altura;
- Lançamento de dardo;
- Lançamento de disco e martelo;
- Quadra poliesportiva grande coberta;
- Campo de futebol com grama sintética;
- Vestiário Masculino e feminino;
- Área administrativa com sala de diretoria e administração, depósito de material de limpeza, banheiros (masculino e feminino), despensa, depósito de material esportivo e depósito geral;
- Salas para Capacitação Técnica - (04) Quatro Salas;
- Estacionamento.
- Sustentabilidade, incluindo o uso de energia solar, captação e reutilização de água da chuva, arborização nativa e jardins (quando aplicável);

1.1. Classificação do Objeto quanto à Heterogeneidade e Complexidade

O serviço objeto desta contratação é caracterizado como de natureza predominantemente intelectual, demandando alta especialização em arquitetura e engenharia. Trata-se de um projeto complexo que envolve múltiplas disciplinas e integra soluções sustentáveis.

1.2. Classificação do Objeto quanto ao Modelo de Execução

O serviço é enquadrado como não continuado, tendo em vista tratar-se de um projeto de escopo definido, com duração determinada e concluída com a entrega e o recebimento definitivo das peças técnicas, conforme detalhado na Lei nº 14.133/2021.

2. LOCAL DE EXECUÇÃO

O projeto a ser elaborado destina-se à implementação anexo à Escola Dr. Pedro Alves Batista, situado à Rodovia PE 615, Km 02, Tv. Vila Santa Maria - Araripina/PE.

3. ÁREA DE INTERVENÇÃO

A área destinada ao projeto abrange 16.930 m².

4. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

A elaboração deste Projeto Executivo é fundamental para traduzir a visão de um espaço que promova o desenvolvimento educacional e esportivo de forma integrada, beneficiando diretamente os alunos da rede municipal e toda a comunidade.

É a base para a estimativa rigorosa dos orçamentos da execução da construção, minimizando incertezas e a ocorrência de aditivos contratuais indesejados. O Município de Araripina, por meio de sua Secretaria Municipal de Educação, busca modernizar e ampliar suas instalações educacionais e de lazer.

A área anexa à Escola Dr. Pedro Alves Batista, embora existente, demanda um projeto para otimizar seu uso, transformando-a em um polo de pertencimento e valorização comunitária, com infraestrutura robusta, tecnologicamente avançada e soluções sustentáveis.

BLOCO II: ESCOPO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS

5. ESCOPO DETALHADO DOS SERVIÇOS E PRODUTOS

A empresa contratada deverá entregar à CONTRATANTE os projetos executivos completos, devidamente registrados na entidade profissional competente e assinados pelo profissional responsável.

Todos os projetos deverão ser desenvolvidos, compatibilizados e apresentados na plataforma BIM (Building Information Modeling) – com entregáveis em extensão IFC – e deverão indicar todos os elementos necessários à realização da obra.

O projeto também contemplará o paisagismo de todo o terreno onde estará inserida a edificação.

Os serviços e produtos a serem desenvolvidos incluem:

5.1. Memorial Descritivo

- Descrição detalhada do projeto, incluindo objetivos, soluções técnicas e justificativas adotadas.
- Integração dos espaços de Educação e Esporte.

5.2. Peças Gráficas

- Planta baixa, cortes, elevações, perspectivas e detalhamento;
- Projetos complementares: elétrico, hidráulico, estrutural e de acessibilidade, climatização, sonorização, lógica, prevenção e combate a incêndio;
- Paginação de pisos e disposição do mobiliário urbano;
- Projeto de Acessibilidade Cultural (se aplicável ao ambiente educacional);
- Projeto de Comunicação Visual.

5.3. Soluções de Sustentabilidade

- Soluções para eficiência energética, como painéis solares e iluminação natural;
- Captação e reutilização de água da chuva;
- Arborização com espécies nativas e criação de jardins sustentáveis, quando aplicável.

5.4. Equipamentos e Espaços Integrativos (Programa de Necessidades Detalhado)

- **Piscina semi olímpica:** Dimensões oficiais, sistema de tratamento de água, casa de bombas/filtro, vestiários e sanitários de apoio, área de deck.
- **Pista de atletismo:** Pista com raias, piso adequado para atletismo, áreas para aquecimento e retorno.
- **Salto em distância e triplo:** Pistas de impulsão e caixas de areia com dimensões regulamentares.
- **Salto com vara:** Pista de corrida, caixa de apoio, área de queda com colchões apropriados.
- **Salto em altura:** Área de impulsão, colchão de queda, estrutura de apoio.
- **Lançamento de dardo:** Pista de lançamento, setor de queda com demarcações.
- **Lançamento de disco e martelo:** Círculo de lançamento, gaiola de proteção, setor de queda.
- **Quadra poliesportiva grande coberta:** Demarcação para basquete, vôlei, futsal, handebol, iluminação adequada, placar eletrônico, arquibancadas, vestiários de apoio.
- **Campo de futebol com grama sintética:** Dimensões oficiais ou semi-oficiais, sistema de drenagem, iluminação noturna, gols.
- **Vestiário Masculino e feminino:** Compartimentos individuais, chuveiros, sanitários, armários, espelhos.
- **Área administrativa:**
 - **Sala diretoria e administração:** Mobiliário funcional, estação de trabalho.
 - **Depósito de material de limpeza:** Prateleiras, pia, ventilação.
 - **BWC masculino e feminino:** Sanitários, lavatórios, acessibilidade.
 - **Despensa:** Prateleiras para armazenamento de itens.
 - **Depósito material esportivo:** Armários para bolas, cones, raquetes e outros equipamentos.
 - **Depósito geral:** Espaço para armazenamento diverso.
- **Salas para Capacitação Técnica** - (04) Quatro Salas;.
- **Estacionamento:** Vagas para carros, motos, bicicletas, acessibilidade, iluminação

5.5. Premissas de Projeto

- **Sustentabilidade:** Uso de energia solar e sistemas de captação de água da chuva; Arborização com espécies nativas e jardins ecológicos (onde couber).
- **Acessibilidade Universal:** Rampas, pisos táteis e sinalização adequada; Integração de todos os espaços para pessoas com mobilidade reduzida, conforme NBR 9050.
- **Inovação e Eficiência:** Aplicação de conceitos de design que otimizem custos e prazos, garantindo a funcionalidade e segurança para as práticas esportivas.

5.6. Levantamentos Preliminares



- Pesquisa da legislação pertinente: Identificar e compilar todas as normas técnicas, ambientais e urbanísticas aplicáveis ao projeto, especialmente as desportivas.
- Levantamentos cadastrais e topográficos: Mapeamento detalhado da área de intervenção, com georreferenciamento e identificação de elementos relevantes.
- Estudos topográficos: Levantamento planialtimétrico georreferenciado; Identificação de interferências e redes existentes.

5.7. Estudo Preliminar do Projeto

- Proposta de qualificação urbana: Integração dos espaços de educação e esporte com o entorno da Escola Dr. Pedro Alves Batista.
- Lançamento dos ajustes de infraestrutura: Identificação de intervenções necessárias para adequação às normas de acessibilidade e sustentabilidade.
- Estudo de viabilidade técnica e ambiental: Avaliação das condições do terreno e das possibilidades de implantação dos elementos previstos.
- Proposta de zoneamento e integração dos espaços; Avaliação das condições ambientais e urbanísticas.

5.8. Projetos Executivos Detalhados

A contratação visa a elaboração de projetos executivos que abranjam as seguintes disciplinas e entregas, observando rigor técnico e as normas aplicáveis, e garantindo a compatibilização entre as especialidades:

- **Arquitetura:** Plantas, cortes, elevações, perspectivas e detalhamento de todos os edifícios e áreas do complexo.
- **Engenharia:** Fundações, cálculo estrutural, instalações elétricas, hidráulicas, de climatização, sonorização, lógica, acessibilidade, e prevenção e combate a incêndio.
- **Urbanismo e Paisagismo:** Zoneamento, integração com o entorno, arborização com espécies nativas, jardins sustentáveis e projeto de calçadas (com paginação de pisos táteis e antiderrapantes, adequação à NBR 9050).
- **Sustentabilidade:** Soluções para eficiência energética (painéis solares, iluminação natural), captação e reutilização de água da chuva.
- **Espaços Específicos:** Detalhamento técnico e construtivo da Piscina semi olímpica, Pista de atletismo, áreas de saltos e lançamentos, Quadra poliesportiva coberta, Campo de futebol, Vestiários, Área Administrativa, Guarita e Estacionamento.
- **Documentação Complementar:** Memoriais descritivos, cadernos de especificações e encargos, orçamento parcial e consolidado, composição de planilhas de quantitativos, custos e cronograma físico-financeiro de execução das obras.

Todos os projetos deverão ser desenvolvidos, compatibilizados e apresentados na plataforma BIM (Building Information Modeling), garantindo a eficiência e segurança das atividades e um ambiente funcional e sustentável.

5.9. Mobiliário Urbano e Paginação de Pisos

- Mobiliário Urbano: Descrição dos elementos (bancos, lixeiras, iluminação); Materiais e acabamentos compatíveis com o ambiente; Planta de localização e integração com o paisagismo.
- Paginação dos Pisos: Detalhamento de materiais, cores e texturas; Integração com elementos de acessibilidade e drenagem.

5.10. Padronização de Arquivos e Formatos

- Formatos Exigidos: Arquivos em extensão IFC e PDF; Documentos em Word e Excel.

5.11. Orçamento Detalhado e Cronograma Físico-Financeiro dos Serviços de Projeto

- Orçamento Detalhado: Planilha orçamentária com base no SINAPI e outras tabelas oficiais; Composição de preços unitários e caderno de cotações de mercado.
- Cronograma Físico-Financeiro: Planejamento detalhado das etapas de execução dos serviços de elaboração de projeto; Previsão de desembolsos financeiros para os serviços de projeto.

6. ROTEIRO DE DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS E PRAZOS DE ENTREGA

O prazo total para a elaboração do projeto executivo será de **180 (cento e oitenta)** dias, contados a partir da assinatura do contrato. As entregas serão realizadas em etapas, conforme o roteiro e os prazos abaixo. As entregas devem ser em formato digital (IFC, PDF, Word, Excel), com revisões e aprovação da fiscalização em cada etapa:

- **Levantamentos: 10 dias.**
- **Estudo Preliminar: 40 dias.**
- **Anteprojeto: 50 dias.**
- **Projetos Executivos, Orçamento e Cronograma, Mídias de Maquete digital e Vídeo: 80 dias.**

BLOCO III: CONDIÇÕES GERAIS DA LICITAÇÃO

7. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS

A contratação será realizada com base na Lei nº 14.133/2021, que regula as licitações e contratos administrativos no Brasil. A fundamentação legal inclui:

- Artigo 6º, inciso XXIII: Que define projeto executivo como o conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra.
- Artigo 6º, inciso XXXVIII, alínea "c": Que define a modalidade licitatória de Concorrência.
- Artigo 11: Que rege a observância dos princípios de sustentabilidade, eficiência e economicidade na execução das contratações.
- Artigo 18: Que estabelece a exigência de elaboração de projeto básico e executivo como condição prévia à execução de obras e serviços de engenharia.
- Artigo 29, parágrafo único: Que afasta a utilização da modalidade Pregão para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.



- Artigo 36: Que apresenta os critérios de julgamento possíveis para as licitações, incluindo "Técnica e Preço".
- Artigo 37, § 2º: Que determina a utilização do critério de julgamento de "Técnica e Preço" para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

Além disso, o projeto deverá atender às diretrizes do TCE-PE (Resolução TC nº 114/2020) e às recomendações do TCU, especialmente no que diz respeito à elaboração de projetos básicos e executivos.

Todo trabalho técnico deverá ser embasado pelas respectivas normas técnicas de cada área em sua última edição ou outrem que a substituiu, sem se sobrepor às legislações e normas regulamentadoras. Abaixo destacamos alguns normativos e legislações correlatos às atividades objeto desta contratação:

- Normas da ABNT, especialmente as relacionadas à acessibilidade (NBR 9050) e sustentabilidade;
- Normas das concessionárias locais (Neoenergia e Compesa);
- Demais normas técnicas aplicáveis aos projetos de arquitetura, estrutura, instalações elétricas, hidráulicas, climatização, prevenção e combate a incêndio, urbanismo e paisagismo.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A estimativa do valor da contratação, obtida por meio de utilização de tabelas de preços oficiais como o SINAPI (FEVEREIRO/2026), e detalhada na Planilha Orçamentária Detalhada (Anexo II), é de R\$ 215.358,21 (duzentos e quinze mil, trezentos e cinquenta e oito reais e vinte e um centavos). Este valor serve como referência para a contratação, buscando a economicidade e a adequação aos parâmetros de mercado.

A contratação está alinhada ao planejamento da Secretaria Municipal de Educação e possuem previsão orçamentária, custeada pelos Fundos Municipais, conforme as rubricas orçamentárias:

UNIDADE GESTORA	8 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARARIPINA
ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO	15000 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15001 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
FUNÇÃO	12 - EDUCAÇÃO
SUBFUNÇÃO	361 - ENSINO FUNDAMENTAL
PROGRAMA	1201 - GESTÃO DAS ATIVIDADES-MEIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
AÇÃO	2.117- APOIO ADMINISTRATIVO ÀS AÇÕES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS
FONTE DE RECURSO	101- MSC- 1.500.1001 - 25% DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS PARA EDUCAÇÃO (ART. 212 CF)

UNIDADE GESTORA	8 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARARIPINA
------------------------	--



ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO	15000 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15001 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
FUNÇÃO	12 - EDUCAÇÃO
SUBFUNÇÃO	361 - ENSINO FUNDAMENTAL
PROGRAMA	1205 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
AÇÃO	2.123 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA QUOTA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - QSE
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS
FONTE DE RECURSO	111 - MSC - 1.550.0000 - Recursos do Salário Educação (QSE)

Valor estimado: R\$ 215.358,21 (duzentos e quinze mil, trezentos e cinquenta e oito reais e vinte e um centavos), conforme Planilha Orçamentária Detalhada em Anexo II.

9. MODALIDADE E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

O fornecedor será selecionado por meio de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento de TÉCNICA E PREÇO conforme Art. 37, §2º da Lei nº 14.133/2021. Tal critério aplica-se a contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, sendo adequado para seleção de uma proposta que alie excelência técnica à economicidade. A conjugação de diversos projetos em lote único visa garantir a coordenação dos trabalhos e perfeita compatibilidade das peças técnicas.

9.0. Justificativa Formal da Ponderação Técnica e Preço (60/40)

Em atendimento ao disposto no art. 36 da Lei nº 14.133/2021, que exige motivação expressa para os critérios de julgamento adotados, justifica-se formalmente a ponderação de 60% (sessenta por cento) para a Proposta Técnica e 40% (quarenta por cento) para a Proposta de Preço, pelos seguintes fundamentos:

- I. Natureza predominantemente intelectual do objeto: a elaboração de projeto executivo de complexo esportivo e educacional de 16.930 m² exige elevada capacidade técnica multidisciplinar, englobando arquitetura, estruturas, instalações, sustentabilidade, paisagismo, acessibilidade e modelagem BIM. A qualidade técnica do projeto determina diretamente a segurança, a funcionalidade, a eficiência e o custo da obra que será executada, tornando a componente técnica preponderante em relação ao preço;
- II. Risco de projetos deficientes: projetos tecnicamente inadequados geram aditivos contratuais significativos na fase de obras, comprometendo o erário público. O peso maior à técnica visa selecionar o projetista de maior capacidade técnica comprovada, reduzindo o risco de retrabalhos, incompatível com o objeto e da futura obra;
- III. Preservação da economicidade: a manutenção de peso significativo (40%) para o preço assegura que a competição por preço não seja eliminada, garantindo a economicidade da contratação e a adequação aos parâmetros de mercado, em conformidade com o princípio da eficiência e com o art. 11 da Lei nº 14.133/2021;

IV. Conformidade com orientações dos órgãos de controle: a adoção de maior ponderação técnica (60%) sobre o preço (40%) no critério Técnica e Preço encontra amparo na própria Lei nº 14.133/2021, que no art. 37, §2º, exige o uso desse critério para serviços de natureza predominantemente intelectual, e no art. 36 determina que a ponderação seja motivada. O TCU, em sua jurisprudência consolidada sobre licitações de projetos de engenharia e arquitetura (incluindo orientações exaradas nos Acórdãos 2.859/2013, 1.636/2015 e 825/2015, todos do Plenário), reconhece como legítima a valorização da capacidade técnica em contratações onde a qualidade do produto final determina diretamente o sucesso de investimentos públicos posteriores. As orientações da Resolução TC nº 114/2020 do TCE-PE igualmente reconhecem ser legítima a maior ponderação técnica quando o objeto assim justificar, desde que devidamente motivada, conforme ora demonstrado.

Diante do exposto, fica formalmente motivada e justificada a adoção da ponderação 60/40 (Técnica/Preço) para o presente certame, em plena observância às exigências do art. 36 da Lei nº 14.133/2021.

Adicionalmente, fixam-se os seguintes parâmetros objetivos e matemáticos para o critério de julgamento, em conformidade com o art. 37, §2º, da Lei nº 14.133/2021, visando eliminar a subjetividade na avaliação das propostas:

- a) Quantitativos mínimos de pontuação para classificação: será desclassificada a proposta técnica que não atingir o mínimo de 30 (trinta) pontos na avaliação da Proposta Técnica (PTEC), correspondente a 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima técnica, independentemente do preço ofertado;
- b) Limite máximo de preço: não serão aceitas propostas de preço que ultrapassem o valor estimado de R\$ 215.358,21 (duzentos e quinze mil, trezentos e cinquenta e oito reais e vinte e um centavos), correspondente ao preço máximo aceitável, conforme Planilha Orçamentária Detalhada (Anexo II), fundamentada no SINAPI (fevereiro/2026);
- c) Objetividade matemática do critério: toda a pontuação é definida por fórmulas matemáticas expressas e por faixas numéricas fixas para cada subcritério, vedada qualquer avaliação por nota discricional ou conceito subjetivo não parametrizado. A Nota Final (NF) será sempre calculada pela fórmula $NF = PTEC + NPP$, onde PTEC é a soma das pontuações objetivas de cada subcritério (máximo 60 pontos) e $NPP = (\text{Preço Mínimo} \div \text{Preço da Proposta}) \times 40$ (máximo 40 pontos).

Quadro Resumo do Modelo Objetivo e Matemático de Julgamento

Pontuação mínima para classificação técnica (PTEC): 30 pontos (mínimo 50% dos 60 possíveis);

Preço máximo aceitável: R\$ 215.358,21 (proposta acima desse valor é desclassificada);

Proposta de preço inexequível: proposta inferior a 75% do valor estimado (inferior a R\$ 159.306,00) será considerada relativamente inexequível, sendo exigida comprovação de exequibilidade;

Fórmula de Nota Final: $NF = PTEC + NPP$, onde $NPP = (\text{Preço Mínimo} \div \text{Preço da Proposta}) \times 40$ e PTEC é a soma das pontuações objetivas definidas nos subcritérios do Anexo I; sendo declarada vencedora a proposta com maior NF, desde que classificada tecnicamente.

Todo o processo de avaliação será registrado em ata circunstanciada, com a pontuação individual atribuída por cada membro da banca para cada subcritério, sendo a nota final de cada item a média aritmética das pontuações dos três avaliadores, sem possibilidade de adoção de pontuações genéricas ou globais não fundamentadas.

9.1. Análise e Pontuação da Proposta Técnica (PTEC)

A proposta técnica será avaliada, julgada e classificada de acordo com os critérios estabelecidos no Anexo I – Critério de Avaliação das Propostas Técnicas e de Preços, sendo certo que receberá um máximo de 60 (sessenta) pontos. Os critérios incluem a Capacidade Técnica da Empresa (CTE) e a Capacidade Técnica da Equipe (CTEQ), com detalhamento de pontuação para tempo de atuação da empresa, experiência específica em projetos, urbanismo e paisagismo, formação acadêmica e experiência na função dos profissionais da equipe.

Consideração de Desempenho Pretérito:

O desempenho anterior da empresa em contratos com a Administração será considerado na pontuação técnica, conforme subcritério do Anexo I, em consonância com o art. 36, §3º, e art. 37 da Lei 14.133/2021. Serão avaliados:

- (a) atestos de desempenho sem penalidades nos últimos 5 (cinco) anos;
- (b) ausência de descumprimentos contratuais;
- (c) avaliações positivas de órgãos contratantes anteriores.

9.2. Análise e Pontuação da Proposta de Preços (NPP)

A proposta de preços será avaliada com base na competitividade dos preços apresentados, recebendo um máximo de 40 (quarenta) pontos. A Nota da Proposta de Preço (NPP) será calculada seguindo a fórmula:

$$NPP = (\text{Preço Mínimo} \div \text{Preço da Proposta}) \times 40$$

Sendo:

- **NPP - Nota da Proposta de Preço (máximo 40 pontos)**
- **Preço Mínimo - Menor preço entre todas as propostas válidas recebidas.**
- **Preço da Proposta - Preço ofertado pela empresa que está sendo avaliada.**

9.3. Banca Avaliadora

Composição: Mínimo de 3 (três) membros, designados pela administração, com experiência em:

- Engenharia/Projetos
 - Deoclebson Pereira da Silva (Engenheiro SME)
- Arquitetura/Urbanismo
 - Savitor Justo Alves (Arquiteto SME)
- Gestão Pública e Contratos (Lei 14.133/2021)
 - Antonio Rodrigo Falcao Batista (Agente de Contratação SME)

Responsabilidades:

- Avaliar propostas técnicas conforme Anexo I (Critérios de Avaliação das Propostas Técnicas);
- Documentar fundamentação de cada avaliação;
- Produzir ata circunstanciada de deliberações;
- Garantir consistência nas pontuações entre membros.

9.4. Avaliação e Ponderação Final (NF)

A avaliação final das propostas será realizada com base nos critérios de Técnica e Preço, conforme estabelecido no Art. 37, §2º, da Lei nº 14.133/2021. A pontuação será ponderada da seguinte forma: Proposta Técnica (PTEC) com peso máximo de 60 pontos e Nota da Proposta de Preço (NPP) com peso máximo de 40 pontos. Para efeito do cálculo da Nota Final, a NPP é apurada na escala de 0 a 40, conforme fórmula $NPP = (\text{Preço Mínimo} \div \text{Preço da Proposta}) \times 40$, e somada diretamente à PTEC, equivalendo matematicamente à expressão $NF = PTEC + 0,4 \times NPP\%$, onde $NPP\%$ seria o valor na escala centesimal.

A classificação das propostas far-se-á de acordo com o somatório das pontuações obtidas na Proposta Técnica e na Nota da Proposta de Preço, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$NF = PTEC + NPP \text{ (NPP máx. = 40 pontos)}$$

Sendo:

- **NF - Nota Final (máximo 100 pontos)**
- **PTEC - Nota da Proposta Técnica (máximo 60 pontos)**
- **NPP - Nota da Proposta de Preço (máximo 40 pontos)**

A classificação dos proponentes far-se-á em ordem decrescente dos valores das Notas Finais (NF), sendo declarada vencedora a licitante que atingir a maior Nota Final (NF), atendidas as condições de habilitação. Os critérios de desempate estão detalhados no Anexo I.

10. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação, conforme item 8 (Estimativa do Valor da Contratação) deste Termo de Referência, ou seja, **R\$ 215.358,21 (duzentos e quinze mil, trezentos e cinquenta e oito reais e vinte e um centavos)**.

I. Caso a proposta vencedora do certame seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor estimado, ela será considerada relativamente inexecuível e, mediante diligência da Secretaria Municipal de Educação, o proponente deverá demonstrar a exequibilidade da proposta.

II. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta seja inferior a 85%

(oitenta e cinco por cento) do valor estimado, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

III. Não serão aceitas propostas de preços que apresentem valor global superior ao estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação e indicado no item 8 (Estimativa do Valor da Contratação) deste Termo de Referência, ou seja, **R\$ 215.358,21 (duzentos e quinze mil, trezentos e cinquenta e oito reais e vinte e um centavos)**.

11. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Para fins de habilitação e apresentação de proposta, o interessado deverá comprovar:

11.1. Vistoria Prévia

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado.

Será assegurado aos interessados o direito de realização de vistoria prévia.

Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações.

11.2. Habilitação Jurídica

Documentos de constituição e registro da empresa (CNPJ, registro comercial ou civil, conforme o tipo jurídico).

11.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

11.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.2.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

11.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.2.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

11.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária,

respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

11.2.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei no 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

11.2.9. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei no 14.133, de 2021).

11.2.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.3. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

Prova de inscrição no CNPJ, regularidade perante a Fazenda Nacional (RFB/PGFN), FGTS, Justiça do Trabalho, Fazenda Distrital/Municipal.

11.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta no 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.3.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11.4. Qualificação Econômico-Financeira

Certidão negativa de falência, balanço patrimonial com índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1,0. Capital social mínimo exigido se os índices forem inferiores.

11.4.1. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

11.4.2. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

11.4.3. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 01 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

11.4.4. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital social mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

11.4.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

11.4.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

11.4.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

11.4.8. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

11.4.8.1 a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

11.4.8.2 caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

11.4.9. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

11.5. Qualificação Técnica e Técnico-Profissional

Requisitos da Contratada: A empresa a ser contratada deverá ser especializada em arquitetura/engenharia para elaboração de projetos executivos, devidamente registrada no CREA ou CAU, com capacidade técnica comprovada por Certidões de Acervo Técnico (CAT) em projetos similares. Será responsável por correções e saneamento de dúvidas sem custos adicionais, e deve garantir a sustentabilidade e eficiência técnica das soluções apresentadas.

Comprovação: Registro da empresa na entidade profissional competente (CREA/CAU), declaração de conhecimento das condições locais, e comprovação de aptidão para execução de serviço similar por meio de Certidões de Acervo Técnico (CAT) que atestem experiência em projetos de complexos esportivos e educacionais, ou edificações públicas intervenção urbanística e paisagismo, conforme pontuações detalhadas no Anexo I.

A comprovação de experiência poderá ser feita por meio de Certidões de Acervo Técnico (CAT) ou Anotações de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) emitidas tanto em nome da empresa quanto em nome dos profissionais-chave, reconhecendo que a responsabilidade técnica e a experiência podem ser individualmente atestadas pelos profissionais registrados no CREA ou CAU, conforme exigido pela legislação profissional vigente.

Profissionais-Chave e Equipe Técnica: Em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que exige a indicação de profissionais com qualificação compatível com o objeto, a empresa contratada deverá designar formalmente, antes do início dos serviços, a seguinte equipe técnica mínima, comprovando a vinculação de cada profissional à empresa por meio de contrato de trabalho, contrato de prestação de serviços ou registro no CREA/CAU:

I. Responsável Técnico Principal (RT):

Perfil: Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista registrado no CREA ou CAU, com experiência comprovada em obras públicas de complexidade similar;

Comprovação: por meio de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) emitido pelo CAU, vinculada ao profissional indicado, atestando a execução de projeto de complexo esportivo, educacional ou de uso múltiplo com área mínima de 6.772 m² (40% da área de intervenção), obrigatoriamente como Responsável Técnico;

Compatibilidade com o objeto: a CAT ou RRT apresentada deverá ser compatível com o objeto desta contratação, ou seja, deverá referir-se a projeto executivo de edificação, complexo esportivo, instalação educacional ou obra de infraestrutura urbanística. Não serão aceitas CATs referentes exclusivamente a obras de construção (execução) ou a projetos de disciplinas singulares não relacionadas à coordenação ou compatibilização do projeto.

II. Demais Profissionais-Chave obrigatórios:

Engenheiro Civil (com CAT em estruturas metálicas): comprovação de experiência mínima de 5 (cinco) anos na função, mediante CAT ou ART registrada no CREA, compatível com cálculo estrutural de obras públicas ou esportivas;

Arquiteto e Urbanista: comprovação de experiência mínima de 5 (cinco) anos na função, mediante RRT registrado no CAU, compatível com elaboração de projetos arquitetônicos de complexos esportivos, educacionais ou uso misto;

Engenheiro Civil ou Arquiteto Urbanista (Experiência em Orçamentos): comprovação de experiência na elaboração de planilhas orçamentárias com utilização de tabelas oficiais (SINAPI, SICRO ou similares), mediante CAT ou ART/RRT compatível;

Engenheiro Civil (com CAT em Fundações e Estruturas): comprovação de experiência mínima de 5(cinco) anos na função, mediante CAT ou ART registrada no CREA.

III. Regras gerais sobre a equipe técnica:

É vedada a utilização do mesmo profissional para cumular funções de Responsável Técnico Principal (RT) e especialista de outra disciplina obrigatória, salvo quando se tratar de profissional com acervo comprovado nas duas disciplinas;

A substituição de qualquer profissional integrante da equipe técnica durante a execução do contrato dependerá de anuência prévia e expressa da Administração, sendo obrigatória a apresentação de profissional substituto com qualificação igual ou superior à do substituído, comprovada pelos mesmos meios exigidos na habilitação;

As Certidões de Acervo Técnico (CAT), Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) e Registros de Responsabilidade Técnica (RRT) apresentados para fins de comprovação de qualificação técnica deverão ser emitidos por entidade profissional competente (CREA ou CAU), estar devidamente quitados e indicar expressamente o profissional como Responsável Técnico pelo serviço ou obra a que se referem;

A comprovação de compatibilidade técnica exigida no item 11.5 visa atender ao princípio da proporcionalidade na qualificação técnico-profissional, assegurando que os profissionais designados possuam experiência efetivamente compatível com a natureza, o porte e a complexidade do Complexo Esportivo Estudantil “Vila Olímpica”, em observância ao disposto no art. 67, caput e § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

11.6. Condições de Apresentação da Proposta Técnica e Comercial

Proposta Técnica: Deverá ser apresentada em linguagem clara e objetiva, sem erros ou rasuras, contendo os elementos conforme disposição detalhada no Anexo I.

Proposta de Preços: Deverá apresentar razão social, CNPJ, endereço completo, dados bancários, e valor da proposta (em reais, em algarismo arábico e por extenso), com prazo de validade de no mínimo 60 (sessenta) dias. Deverão estar inclusos todos os impostos, taxas, encargos e tributos, bem como qualquer outra despesa.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

Limites e Condições: A subcontratação é permitida em até 30% do objeto contratado, desde que previamente aprovada pela Administração. A empresa subcontratada deverá apresentar documentação de habilitação técnica e fiscal.

Responsabilidade: A contratada principal será integralmente responsável pela qualidade e entrega dos serviços, mesmo que subcontratados.

BLOCO IV: CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A empresa contratada deverá:

- Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos no cronograma do contrato;
- Elaborar os projetos executivos com base nas normas técnicas da ABNT e nas diretrizes do TCE-PE e TCU;
- Garantir a compatibilização entre os projetos complementares, evitando conflitos ou omissões que possam prejudicar a execução da obra;
- Disponibilizar uma equipe técnica qualificada, com comprovação de experiência por meio de Certidões de Acervo Técnico (CAT);
- Designar formalmente um preposto, antes do início dos serviços, com poderes e deveres relacionados à execução do objeto. A Administração pode recusar a indicação ou manutenção do preposto, caso justificado.
- Realizar ajustes e revisões solicitados pela fiscalização, sem custos adicionais para o município;
- Fornecer todos os produtos em formato digital;
- Garantir a sustentabilidade e eficiência técnica das soluções apresentadas, priorizando o menor impacto ambiental e o melhor custo-benefício.
- Devido à natureza do objeto como "contrato de escopo", a finalização se dará com a entrega e recebimento definitivo das peças técnicas do projeto executivo.

14. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por uma equipe designada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, ratificada pela Secretaria Municipal de Educação. Essa equipe será responsável por:

- Verificar o cumprimento dos prazos e a qualidade técnica dos produtos entregues.
- Solicitar ajustes ou complementações até a plena conformidade.
- Emitir relatórios técnicos de acompanhamento e aceitação.
- Garantir a conformidade com normas técnicas e diretrizes municipais.

Atribuições do Gestor e Fiscais: A equipe de acompanhamento e fiscalização, composta por um fiscal técnico e um gestor de contrato, desempenhará a coordenação do processo, o acompanhamento de registros e as providências para formalização de processos administrativos, se necessário, com poderes para rejeitar serviços não conformes. A utilização de ferramentas BIM nos projetos demandará capacitação dos gestores.

14.1. Rotinas de Fiscalização

14.1.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do

contrato, ou pelos respectivos substitutos.

14.2. Fiscalização Técnica

14.2.1. A fiscalização técnica será exercida por profissional habilitado, designado formalmente pela autoridade competente, com atribuições de acompanhar, verificar e atestar a conformidade técnica dos serviços executados em relação ao objeto contratado, em consonância com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

14.2.2. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

14.2.3. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

14.2.4. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

14.2.5. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

14.2.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

14.2.7. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

14.2.8. A fiscalização da execução dos serviços, será realizada pelo Arquiteto **BRUNO NASCIMENTO BIHUM – CPF 104.801.634-05**.

14.2.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

14.2.10. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP no 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME no 98, de 26 de dezembro de 2022.

14.3. Fiscalização Administrativa

14.3.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

14.3.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

14.4. Gestor do Contrato

14.4.1. Cabe ao gestor do contrato, neste caso o Engenheiro, o **Sr. DEOCLEBSON PEREIRA DA SILVA, CPF 111.319.624-60**.

14.4.2. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

14.4.3. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

14.4.4. zelar pela fidelidade do objeto executado ao contratado, notificando a contratada sempre que identificar irregularidade ou desconformidade com as especificações técnicas, e registrando as providências adotadas em ata própria, em atendimento ao disposto no art. 117, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

14.4.5. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

14.4.6. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

14.4.7. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei no 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

14.4.8. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

14.4.9 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

15. GARANTIAS CONTRATUAIS

Serão aplicáveis as disposições do Art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, que tratam das garantias contratuais. A CONTRATADA deverá apresentar garantia de execução contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados da assinatura do instrumento contratual, podendo optar por uma das seguintes modalidades previstas no art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021: cação em dinheiro ou em títulos da dívida pública; seguro-garantia; fiança bancária; ou título de capitalização cujo resgate seja permitido. A garantia deverá ter validade durante toda a vigência do contrato e, quando em modalidade de seguro-garantia ou fiança bancária, deverá permanecer válida por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual. Em caso de rescisão por culpa da CONTRATADA ou aplicação de multas que esgotem o valor da garantia, esta deverá ser reposta no prazo de 5 (cinco) dias úteis. O não fornecimento da garantia no prazo fixado autorizará a CONTRATANTE a reter os pagamentos devidos até a regularização, sem prejuízo das demais sanções cabíveis. É fundamental que a empresa contratada esteja ciente das obrigações legais quanto à manutenção e, se aplicável, reposição da garantia.

16. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento ocorrerá de forma proporcional ao avanço dos serviços e entrega dos produtos componentes do projeto integral.

16.1 Liquidação

16.1.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME no 77/2022.

16.1.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei no 14.133, de 2021

16.1.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- VII) Apresentação de todas as certidões negativas da empresa (Fazenda Nacional, FGTS, Justiça do Trabalho e Fazenda Municipal), comprovando a regularidade fiscal e trabalhista vigente na data do pagamento;
- VIII) Apresentação do relatório de atividades e/ou ata de reunião de acompanhamento referente ao período de medição, devidamente assinado pelo Responsável Técnico e pelo fiscal do contrato;
- IX) Comprovação de que os profissionais-chave designados continuam vinculados à empresa contratada, mediante declaração atualizada ou cópia do contrato de trabalho ou prestação de serviços;
- X) Entrega formal dos produtos e entregáveis correspondentes à etapa medida, com aceite expresso da fiscalização técnica, conforme cronograma físico-financeiro vigente.

16.1.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

16.1.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei no 14.133/2021.

16.1.6. A Administração deverá realizar consulta para:

- 16.1.6.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 16.1.6.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

16.1.7. Constatando-se a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

16.1.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.1.9. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

16.1.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.2. Prazos e Forma de Pagamento

A liquidação da despesa ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal e comprovação de regularidade fiscal, e o pagamento será realizado por ordem bancária para crédito em conta do contratado. A retenção tributária prevista em lei será aplicada.

16.2.1. Prazo de pagamento

16.2.1.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME no 77, de 2022.

16.2.2. Forma de pagamento

16.2.2.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

16.2.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.2.2.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.2.2.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

16.2.2.5 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar no 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16.3. Repactuação

Os critérios seguirão as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, aplicando-se reajustes para custos de mão de obra (baseados em acordos/convenções coletivas) e custos de mercado (aplicação do INCC – Índice Nacional da Construção Civil).

17. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Condutas Infratoras

Comete infração administrativa, nos termos da Lei no 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei no 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2. Sanções Aplicáveis

17.2.1. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

17.2.1.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do

contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

17.2.1.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 17.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

17.2.1.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

17.3. Multa:

17.3.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 02% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias.

17.3.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

17.3.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

17.3.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 02% (dois por cento) a 05% (cinco por cento) do valor da contratação.

17.3.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 02% (dois por cento) a 05% (cinco por cento) do valor da contratação.

17.3.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 02% (dois por cento) a 05% (cinco por cento) do valor da contratação.

17.3.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 02% (dois por cento) a 05% (cinco por cento) do valor da contratação.

17.3.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 02% (dois por cento) a 05% (cinco por cento) do valor da contratação;

17.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

17.5. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

17.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

17.8. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei no 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.9.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

17.9.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

17.10. Na aplicação das sanções serão considerados:

17.10.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

17.10.2 as peculiaridades do caso concreto;

17.10.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

17.10.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

17.10.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei no 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei no 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

17.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

17.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

17.13.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei no 14.133, de 2021.

17.15. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME no 26, de 13 de abril de 2022.

BLOCO V: DISPOSIÇÕES FINAIS E ANEXOS

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

O contratado deverá manter contato regular com a Secretaria Municipal de Educação para acompanhamento e validação das etapas do projeto.

Todos os produtos entregues passarão a ser propriedade do município de Araripina, podendo ser utilizados para fins administrativos e licitatórios.

O não cumprimento dos prazos e especificações poderá acarretar sanções contratuais, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, as orientações do TCE-PE e as melhores práticas de planejamento e gestão pública. Ele visa garantir a contratação de uma empresa qualificada para a elaboração de um projeto executivo que atenda às necessidades do município de Araripina, promovendo a transformação da área anexa à Escola Dr. Pedro Alves Batista em um **Complexo Esportivo Estudantil "Vila Olímpica"** inovador, sustentável e integrativo.

19. ANEXOS

Integram este Termo de Referência, para todos os efeitos legais, os seguintes anexos:



P R E F E I T U R A
ARARIPINA

É futuro. É pra todos. É pra já.

- ANEXO I – CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS E DE PREÇOS
- ANEXO II – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DETALHADA DOS SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, BDI.

08 de ABRIL de 2026.

Deoclebson Pereira da Silva
Engenheiro Civil - CREA/PE 1817725750
Setor de Engenharia - Secretaria Municipal de Educação de Araripina

ANA RACHEL PIRES CANTARELLI SANTOS
Secretária Municipal de Educação
Portaria nº 470/2025

ANEXO I

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS E DE PREÇOS

MÉTODO DE ANÁLISE

A Nota Final (**NF**) será o somatório de **A + B**, com um **máximo de 100 pontos**, sendo ponderado conforme os seguintes critérios:

- **A - Proposta Técnica (PTEC):** Máximo de **60 pontos**.
- **B - Nota da Proposta de Preço (NPP x 0,4):** Máximo de **40 pontos**.

Fórmula Final: $NF = PTEC + 0,4 \times NPP$

CRITÉRIO DE DESEMPATE

Em caso de empate na Nota Final (**NF**), serão utilizados os seguintes critérios, na ordem indicada:

1. Melhor pontuação na **Proposta Técnica (PTEC)**;
 2. Melhor pontuação na **Nota de Preço (NPP)**;
 3. Melhor pontuação da **Equipe Técnica (CTEQ)**;
 4. Melhor pontuação em **Experiência da Função (EF)**;
 5. **Sorteio Público**.
-

A) Proposta Técnica (PTEC) - 60 pontos

A Proposta Técnica (PTEC) subdivide-se em:

A.1 - Capacidade Técnica da Empresa (CTE): 21 pontos

A.1.1 - Tempo de Atuação da Empresa Proponente (TAP) – 3 pontos

- $0 < TAP < 5$ anos: 0,5 ponto;
- $5 < TAP < 10$ anos: 1 ponto;
- $10 < TAP < 15$ anos: 1,5 ponto;
- $15 < TAP < 20$ anos: 2 pontos;
- $TAP > 20$ anos: 3 pontos.

Forma de comprovação: A proponente deve apresentar registros no CAU/CREA e Certidões de Acervo Técnico (CAT) comprovando a execução de projetos técnicos durante os períodos indicados. (O parâmetro é a área total de intervenção, considerando $40\% = 0,40 \times 16,930 \text{ m}^2 = 6,772 \text{ m}^2$; $80\% = 0,80 \times 16,930 \text{ m}^2 = 13,544 \text{ m}^2$; $100\% = 1,00 \times 16,930 \text{ m}^2 = 16,930 \text{ m}^2$).

A.1.2 - Experiência Específica da Empresa Proponente (EEE) – 18 pontos

Projetos de Complexos Esportivos e Educacionais ou Edificações Públicas (PCSEP):
Máximo 12 pontos

- PCSE < 40% (6,772 m²): 4 pontos.
- 40% ≤ PCSE ≤ 80% (6,772 m² a 13,544 m²): 8 pontos.
- PCSE > 100% (16,930 m²): 12 pontos.

Projetos de Paisagismo e Urbanização (PPAU): Máximo 6 pontos

- PPAU < 40% (6,772 m²): 2 pontos.
- 40% ≤ PPAU ≤ 80% (6,772 m² a 13,544 m²): 4 pontos.
- PPAU > 100% (16,930 m²): 6 pontos.

A.2 - Capacidade Técnica da Equipe (CTEQ): 39 pontos

A.2.1 - Formação Acadêmica (FA) – 14 pontos

Pontuação atribuída individualmente para cada profissional listado no critério de análise baseado na titulação de maior pontuação, não cumulativa:

- Especialização: 0,4 ponto (máximo de 2: total de 0,8 ponto);
- Mestrado: 1,2 ponto;
- Doutorado: 1,9 ponto;
- Pós-Doutorado: 2,8 ponto.

A.2.2 - Experiência na Função (EF) – 25 pontos

Pontuação por experiência para cada profissional listado (máximo por profissional conforme função):

Engenheiro Civil (CAT em Estruturas Metálicas) – Máximo 8 pontos

- 5 < Tempo de experiência < 7 anos: 4 pontos;
- 7 < Tempo de experiência < 10 anos: 6 pontos;
- Tempo de experiência > 10 anos: 8 pontos.

Arquiteto e Urbanista – Máximo 8 pontos

- 5 < Tempo de experiência < 7 anos: 4 pontos;
- 7 < Tempo de experiência < 10 anos: 6 pontos;
- Tempo de experiência > 10 anos: 8 pontos.

Engenheiro Civil ou Arquiteto Urbanista (Experiência em Orçamentos) – Máximo 6 pontos

- 5 < Tempo de experiência < 7 anos: 3 pontos;
- 7 < Tempo de experiência < 10 anos: 4 pontos;
- Tempo de experiência > 10 anos: 6 pontos.

Engenheiro Civil (CAT em Fundações e Estruturas) – Máximo 3 pontos

- 3 < Tempo de experiência < 4 anos: 1 ponto;
- 4 < Tempo de experiência < 5 anos: 2 pontos;
- Tempo de experiência > 5 anos: 3 pontos.

Forma de comprovação: Os tempos de experiência devem ser comprovados através de registro nos sistemas CAU/CREA e Certidões de Acervo Técnico (CAT), vinculados às respectivas áreas de especialidade.

B) Nota da Proposta de Preço (NPP): 40 pontos

A Nota da Proposta de Preço será ponderada pela fórmula:

NPP x 0,4, somando-se à pontuação técnica (PTEC) para cálculo da Nota Final (NF).

A fórmula comum para calcular a **NPP** de cada proposta é:

$$\text{NPP} = (\text{Preço Mínimo} \div \text{Preço da Proposta}) \times 40$$

- **Preço Mínimo:** Menor preço entre todas as propostas recebidas.
- **Preço da Proposta:** Preço ofertado pela empresa que está sendo avaliada.
- **40:** Pontuação máxima para a componente de preço.

Resumo Geral da Pontuação

Critério	Pontuação Máxima
A.1 - Capacidade Técnica da Empresa (CTE)	21 pontos
A.2 - Capacidade Técnica da Equipe (CTEQ)	39 pontos
Proposta Técnica (PTEC)	60 pontos
Nota da Proposta de Preço (NPP)	40 pontos
Nota Final (NF = PTEC + 0,4 x NPP)	100 pontos